

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.
Ponta Porã/MS, 18 de Agosto de 2006.

Flávio Kayatt
Prefeito Municipal

Lei nº 3.497, de 18 de Agosto de 2006.

"Dispõe sobre a alienação de imóvel pertencente à municipalidade".

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 75, da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, autorizado a alienar o imóvel localizado no Lote 10, quadra 02, do Loteamento denominado Residencial Emilio de Andrade, nesta cidade, medindo 12,00x30,00ms, confrontando ao Norte: com o lote 09; Ao Sul: com o lote 11; a Leste: com a Rua Jardim dos Estados e a Oeste: com o lote 02.

Art. 2º. Para a alienação do imóvel, após a autorização legislativa, será precedida uma avaliação e posterior leilão.

Art. 3º. O Município poderá efetuar permissão de uso do imóvel a qualquer interessado, até que se proceda o trâmite legal para a alienação mediante leilão, desde que o permissionário assuma o compromisso de consertar danos existentes atualmente no telhado do prédio e mantenha o mesmo nas atuais condições de uso.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ponta Porã/MS, 18 de Agosto de 2006.

Flávio Kayatt
Prefeito Municipal

Lei nº 3.498, de 21 de Agosto de 2006.

Declara de Utilidade Pública Municipal O Moto Clube Renegado da Fronteira.

Autor: Vereador João Bala

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, o Moto Clube Renegado da Fronteira, com sede e foro no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul."

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ponta Porã/MS, 21 de Agosto de 2006.

Flávio Kayatt
Prefeito Municipal



Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004
Órgão Oficial destinado à publicação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Ponta Porã

PODER EXECUTIVO
Prefeito: Flávio Kayatt
PODER LEGISLATIVO

Presidente: Veimar Souza Marques

Sede: Rua Guia Lopes, 663, centro, Ponta Porã – MS
CEP – 79900-000 – Telefone 67-3431-1223

INTIMAÇÃO EDITALÍCIA

Ilmo. Sr.

FERNANDO JORGE DA SILVA, *Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde*

Na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 163, de 12 de dezembro de 2005, o Prefeito Municipal Sr. Flávio Esgaib Kayatt, comunico a Vossa Senhoria através deste Edital a Instauração de processo administrativo disciplinar para apurar irregularidades referentes aos atos e fatos constantes do referido processo, considerando-se V. Sa. intimado, para os devidos efeitos legais, a partir da data de publicação do presente, especialmente para lhe assegurar o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial. Advertimos ainda que, a inércia do sindicado no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação deste, acarretará no julgamento à revelia; ocasião em que respeitando o disposto na Lei nº 027/2006, será nomeado um defensor dativo.

Informamos ainda que o processo administrativo disciplinar em questão encontra-se à disposição de V. Sa., para que V. Sa. tenha ciência de seu inteiro teor, sem prejuízo do direito de vistas aos autos, que lhe é assegurado durante o horário de expediente normal da comissão, que se encontra instalada na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Ponta Porã-MS, 17 de agosto de 2006.

Maurício Dorneles Cândia Junior
Presidente da Comissão Disciplinar

INTIMAÇÃO EDITALÍCIA

Ilmª. Srª.:

ROSELI RODRIGUES MARTINS, *Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação*

Na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 163, de 12 de dezembro de 2005, do Prefeito Municipal Sr. Flávio Esgaib Kayatt, comunico a Vossa Senhoria através deste Edital a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar irregularidades referentes aos atos e fatos constantes do referido processo, considerando-se V. Sa. intimado, para os devidos efeitos legais, a partir da data de publicação do presente, especialmente para lhe assegurar o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial. Advertimos ainda que, a inércia do sindicado no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação deste, acarretará no julgamento à revelia; ocasião em que respeitando o disposto na Lei nº 027/2006, será nomeado um defensor dativo.

Informamos ainda que o processo administrativo disciplinar em questão encontra-se à disposição de V. Sa., para que V. Sa. tenha ciência de seu inteiro teor, sem prejuízo do direito de vistas aos autos, que lhe é assegurado durante o horário de expediente normal da comissão, que se encontra instalada na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Ponta Porã-MS, 17 de agosto de 2006.

Maurício Dorneles Cândia Junior
Presidente da Comissão Disciplinar

INTIMAÇÃO EDITALÍCIA

Ilmo. Sr.

DANIEL DA ROSA PINTO, *Auxiliar de Disciplina, lotado na Secretaria Municipal de Saúde*

Na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 163, de 12 de dezembro de 2005, do Prefeito Municipal Sr. Flávio Esgaib Kayatt, comunico a Vossa Senhoria através deste Edital a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar irregularidades referentes aos atos e fatos constantes do referido processo, considerando-se V. Sa. intimado, para os devidos efeitos legais, a partir da data de publicação do presente, especialmente para lhe assegurar o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial. Advertimos ainda que, a inércia do sindicado no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação deste, acarretará no julgamento à revelia; ocasião em que respeitando o disposto na Lei nº 027/2006, será nomeado um defensor dativo.

Informamos ainda que o processo administrativo disciplinar em questão encontra-se à disposição de V. Sa., para que V. Sa. tenha ciência de seu inteiro teor, sem prejuízo do direito de vistas aos autos, que lhe é assegurado durante o horário de expediente normal da comissão, que se encontra instalada na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Ponta Porã-MS, 17 de agosto de 2006.

Maurício Dorneles Cândia Junior
Presidente da Comissão Disciplinar